



---

## RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

---

Autos nº 0001595-15.2015.8.24.0600  
Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária  
Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina  
Requerido: Juízo de Direito da 1ª Vara da comarca de Porto Belo

### ATIVIDADE CORREICIONAL

### INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 29/2015  
Período da correição: 5-10-2015 até 4-12-2015.

### EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern  
Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinatto Schappo  
Assessora Correicional: Fernanda Cittadin Baggio



## **INTRODUÇÃO**

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 6/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



## DADOS DA UNIDADE

Comarca: Porto Belo

Unidade: 1ª Vara

Municípios integrantes: Bombinhas e Porto Belo.

Juiz titular: Karina Muller Queiroz de Souza

Chefe de cartório: Soraia Joselita Depin

Última correição por equipe da CGJ/SC: 18-5-2012 até 11-7-2012 (Autos n. 0011406-04.2012.8.24.0600).

Competência: Resolução n. 30/2011 – TJ: "Art. 1º O art. 2º e o inciso II do art. 3º, ambos da Resolução n. 39/2007-TJ, de 12 de novembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2º Compete ao Juiz de Direito da 1ª Vara: I - processar e julgar: a) os feitos cíveis em geral (art. 94 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); b) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); c) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional; d) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; e) as causas cíveis de menor complexidade (art. 3º da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995); f) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); g) os feitos relativos à provedoria, aos resíduos e às fundações (art. 98 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979). II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência. Parágrafo único. Os processos referidos no inciso II deste artigo e os procedimentos para apuração de ato infracional, atualmente em tramitação na 2ª Vara da comarca de Porto Belo, serão redistribuídos ao Juiz de Direito da 1ª Vara. Art. 3º ..... II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência."

Entrância: Final

Data da instalação/lei de criação: 17-12-1999 / LC 181 de 21-9-1999.

Observações:



## 1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

### 1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ5 – Processos eletrônicos

#### ACERVO PROCESSUAL

	Indicador		Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		2.761
1.1.2	Processos em andamento	2.444	
1.1.3	Procedimentos em andamento	317	
1.1.4	Filas de trabalho sem movimento há mais de 100 dias		485
	Cível – Genérico – Processo		
1.1.4.1	Ag. Encerramento do Ato	42	
1.1.4.2	Ag. Prazo	1	
1.1.4.3	BacenJud – Bloquear Valor	14	
1.1.4.4	Com Classe Alterada	1	
1.1.4.5	Concluso para Sentença	55	
1.1.4.6	Escrivão	3	
1.1.4.7	Processo Físico Armazenado	1	
	Família – Processo		
1.1.4.8	A ser Recebido de Outro Foro	1	
1.1.4.9	Ag. Audiência	1	
1.1.4.10	Ag. Encerramento do Ato	11	
1.1.4.11	Ag. Prazo	1	
1.1.4.12	Ag. Prisão	3	
1.1.4.13	Processo Físico Armazenado	1	
	Juizado Especial Cível – Processo		
1.1.4.14	Ag. Designar Audiência	7	
1.1.4.15	Ag. Encerramento do Ato	160	
1.1.4.16	Ag. Prazo	51	
1.1.4.17	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	48	
1.1.4.18	BacenJud – Bloquear Valor	3	
1.1.4.19	Concluso para Sentença	46	
1.1.4.20	Escrivão	27	
1.1.4.21	Juiz Leigo	1	
1.1.4.22	Recebido do Juiz - Sentença	2	
1.1.4.23	Redistribuído	1	
	Processo Físico - Processo		
1.1.4.24	Ag. Impressão – Vara	4	



1.1.5	Outros setores	Total	+ 100 dias
1.1.5.1	Ministério Público	87	12
1.1.5.2	Serviço Social	14	0
1.1.6	Observações		
a) Informações obtidas em 10-12-2015.			
b) O SAJ5 foi instalado na unidade em 23-6-2014.			



## 1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ ESTATÍSTICA

### ACERVO PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador		Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		5.647
1.2.2	Processos em andamento	5.293	
1.2.3	Procedimentos em andamento	354	
1.2.4	Processos sem movimento há mais de 180 dias	698	
1.2.5	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: novembro de 2015.			
b) Existem 158 processos ativos na antiga Vara Única (relatório de fls. 116-119).			

### PROCESSOS EM CARGA (Processos físicos)

	Indicador		Valor
1.2.6	Quantidade total de processos em carga		1.093
	Local	Total	+ 100 dias
	Cargas internas		
1.2.7	Contadoria	31	1
1.2.8	Distribuição	3	2
1.2.9	Juiza (Karina Muller Queiroz de Souza)	826	361
1.2.10	Juiza (Flávia Maéli da Silva Baldissera)	3	3
1.2.11	Juiza (Manoelle Brasil Soldati)	2	2
1.2.12	Juiza (Maria Augusta Tridapalli)	11	11
1.2.13	Ministério Público	45	8
1.2.14	Serviço Social	1	0
	Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ		
1.2.15	Advogado	159	39
1.2.16	Delegacia de Polícia	1	1
1.2.17	Leiloeiro	3	0
1.2.18	Perito	8	3
1.2.19	Observações		
Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: novembro de 2015.			

### PROCESSOS CONCLUSOS

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.2.20	Quantidade total de processos com o juiz	362	842	1.204

### PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

	Período	Total	Média mensal
1.2.21	Janeiro a dezembro de 2013	2.972	248
1.2.22	Janeiro a dezembro de 2014	2.662	222
1.2.23	Janeiro a novembro de 2015	2.641	240
1.2.24	Observações		
Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).			



### 1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.1	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo"	O relatório não deve trazer registro	83	21
1.3.2	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - Cerc", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		8	1
1.3.3	Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)"		29	24
1.3.4	Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido")		22	4
1.3.5	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		68	37
1.3.6	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		8	3
1.3.7	Principais ativos com Execução de Sentença iniciada		41	6
1.3.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	Não se aplica	Não se aplica
1.3.9	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	21	18



1.3.10	Observações
	<p>a) Primeira verificação em 30-9-2015.</p> <p>b) Segunda verificação em 10-12-2015.</p> <p>c) Orienta-se que o(a) chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm</a>. As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por <i>e-mail</i> para o endereço eletrônico institucional da unidade.</p> <p>d) Item 1.3.1: dos 21 registros, 17 são novos;</p> <p>e) Item 1.3.2: o único registro é novo;</p> <p>f) Item 1.3.3: dos 24 registros, 2 são novos;</p> <p>g) Item 1.3.4: dos 4 registros, 3 são novos;</p> <p>h) Item 1.3.5: dos 37 registros, 29 são novos;</p> <p>i) Item 1.3.6: dos 3 registros, 2 são novos;</p> <p>j) Item 1.3.7: todos os seis registros são antigos.</p>





1.3.11 PROCESSOS COM LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.3.11.1	Cartório - recebido do advogado	22	8	16	6
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.3.11.2	Cartório - aguardando	0	0	0	0
1.3.11.3	Cartório - aguardando AR	217	33	243	91
1.3.11.4	Cartório - aguardando carta precatória	188	65	113	27
1.3.11.5	Cartório - aguardando confecção de relação				
1.3.11.6	Cartório - aguardando mandado	48	29	72	28
1.3.11.7	Cartório - aguardando publicação de relação	698	156	544	193
1.3.11.8	Cartório - arquivar	126	84	14	14
1.3.11.9	Cartório - escaninho da delegacia	0	0	3	2
1.3.11.10	Cartório - escaninho do advogado	0	0	0	0
1.3.11.11	Cartório - escaninho do juiz	133	14	132	12
1.3.11.12	Cartório - escaninho do juiz (assinaturas)	28	23	33	23
1.3.11.13	Cartório - escaninho do promotor	28	0	12	11
1.3.11.14	Cartório - prazo 1 a 31	166	116	143	78
	Expedição/cumprimento				
1.3.11.15	Cartório - cumprir despacho	207	52	58	21
1.3.11.16	Cartório - cumprir despacho urgente	2	2	2	2
1.3.11.17	Cartório - expedir alvará	0	0	0	0
1.3.11.18	Cartório - expedir correspondência	0	0	0	0
1.3.11.19	Cartório - expedir edital	0	0	0	0
1.3.11.20	Cartório - expedir formal	1	0	0	0
1.3.11.21	Cartório - expedir mandado	0	0	0	0
1.3.11.22	Cartório - expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.3.11.23	Cartório - aguardando juntada	0	0	0	0
1.3.11.24	Cartório - aguardando petição	35	22	16	10
1.3.11.25	Cartório - aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.3.11.26	Observações				
	a) Primeira verificação em 30-9-2015. b) Segunda verificação em 10-12-2015. c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



#### 1.4 SAJ/CARTÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.4.1	Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	243	244
1.4.2	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.4	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.5	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.6	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica

1.4.7	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	Não se aplica	Não se aplica
		Definitivo		Não se aplica	Não se aplica
1.4.7.1	Réu preso - total		Não se aplica	Não se aplica	



1.4.8	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-8-2015)		2.723	2.558	
	Petição intermediária		515	421	
	Peticionamento eletrônico		58	45	
	Mandados		58	53	
	AR		272	190	
	Execução de sentença		6	5	
	Incidente processual		27	22	
	Ação incidental				
	Movimentação	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	724	622	
	Pauta de audiências		11	4	
	Carga		435	314	
	Cartas recebidas		359	337	
	Processo		256	246	
	Recurso		2	2	
	Usuário		581	297	
1.4.9	Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo"			332	325
1.4.10	Mandados de prisão em aberto com erros			32	14
1.4.11	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias			22	25
1.4.12	Observações				
	a) Primeira verificação em 30-9-2015. a.1) Item 1.4.9: dos 332 processos, 9 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 323 apresentam registro de local físico "sala de arquivo". b) Segunda verificação em 10-12-2015. b.1) Item 1.4.9: dos 325 processos, 3 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 322 apresentam registro de local físico "sala de arquivo".				



## 1.5 SAJ - ESTATÍSTICA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.5.1	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	O relatório não deve trazer registro	484	254
1.5.2	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2011 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012, nos Juizados Especiais.		429	386
1.5.3	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012.		Não se aplica	Não se aplica
1.5.4	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2015, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2012.		2	2
1.5.5	Programa Permanente de Julgamento Prioritário - PPJP.		266	217
1.5.6	Observações			
a) Primeira verificação em 30-9-2015. a.1) Itens 1.5.2 e 1.5.4: dados do mês de agosto de 2015, extraídos do site desta Corregedoria ( <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a> ). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. Quanto ao relatório Meta 2, ressalta-se que dos 429 registros, 27 referem-se a processos vinculados a antiga Vara Única. a.2) Item 1.5.5: dados do mês de agosto de 2015. O relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6. b) Segunda verificação em 10-12-2015. b.1) Itens 1.5.2 e 1.5.4: dados do mês de outubro de 2015 extraídos do site desta Corregedoria ( <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a> ). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. Quanto ao relatório Meta 2, ressalta-se que dos 386 registros, 27 referem-se a processos vinculados a antiga Vara Única. b.2) Item 1.5.5: dados do mês de novembro de 2015. O relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.				



## 1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Justiça Aberta - Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1)	As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não alimentado	Não alimentado
1.6.2	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Não alimentado	Não alimentado
1.6.3	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.4	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.5	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Não se aplica	Não se aplica
1.6.6	Observações	a) Primeira verificação em 30-9-2015. a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 7-8-2014. a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 1 registro de processo e nenhum registros de bens no sistema. b) Segunda verificação em 10-12-2015. a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 7-10-2015. a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 1 registro de processo e nenhum registros de bens no sistema. Em consulta ao sistema SAJ constatou-se a existência de três processos [REDACTED]; [REDACTED] e [REDACTED] em andamento, vinculados a armas de fogo e munições apreendidas. Destes, o último foi distribuído recentemente, em 7-12-2015. Os outros dois processos, verificou-se que não há determinação para a guarda das armas no fórum, conforme a Circular CGJ n. 144/2015. No entanto, quanto ao processo n. [REDACTED] (processo digital), há decisão de fls. 181-182, a qual solicita informações à Delegacia de Polícia quanto a localização da arma de fogo que consta como apreendida e vinculada aos autos.		



### 1.7 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ	Não se aplica	Não se aplica
1.7.2	Observações	Não se aplica em face da competência da unidade. a) Primeira verificação em 30-9-2015. b) Segunda verificação em 10-12-2015. c) Não existe programa institucional de acolhimento e/ou programa de acolhimento familiar cadastrado no sistema.		



## **CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS**

---

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 16 de dezembro de 2015.

Perla Maria Fusinato Schappo  
Assessora Técnica Correicional – Mat. 9.914

Fernanda Cittadin Baggio  
Técnico Judiciário Auxiliar – Mat. 22.690